

LETICIA ALMEIDA RIBEIRO

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TDAH NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: um olhar para o processo**

GOIÂNIA

2023.1

LETICIA ALMEIDA RIBEIRO

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TDAH NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: um olhar para o processo**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professoras e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

Goiânia

2023.1

LETICIA ALMEIDA RIBEIRO

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TDAH NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
DOS ANOS INICIAIS: um olhar para o processo**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.(^a) Convidado(a): _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final _____ ()

Goiânia, ____/____/ 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus.

Aos meus pais e irmã, que sempre me apoiaram e me incentivaram.

Ao meu noivo, que me deu palavras de motivação e de estímulo, que refletiu na contribuição e para o desempenho deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha família que me deu um apoio que fez total diferença na minha carreira acadêmica.

Ao Prof. Dr. Antônio Evaldo Oliveira pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

A todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a persistir e acreditar que no final tudo daria certo.

“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.”

(PAULO FREIRE)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
A INCLUSÃO: REVISITANDO OS CONCEITOS, CONCEPÇÕES, DESAFIOS E SUA INTERAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ESTUDANDO DOS ANOS INICIAIS	13
CAPÍTULO II	
A INCLUSÃO E A INTERAÇÃO DE ESTUDANTE PORTADOR DE TDAH NO CONTEXTO DO PROCESSO EDUCACIONAL NA APRENDIZAGEM: uma revisão da literatura	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TDAH NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: um olhar para o processo

Leticia Almeida Ribeiro¹
Antonio Evaldo Oliveira²

RESUMO: Este trabalho faz parte da disciplina TCC I que é oferecida no 6º período do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem por objetivo sistematizar estudos que envolvam o ato de ler e escrever do acadêmico, de forma a registrar os conhecimentos decorrentes de uma investigação. Levando em consideração a importância da pesquisa na formação do Pedagogo, esta pesquisa monográfica apresenta uma problemática, que à luz da ciência buscará responder. Trata-se de um Projeto Monográfico que será desenvolvido no próximo semestre, resultando em uma Monografia intitulada: **Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)**. Quando o assunto é TDAH, sabemos que são muitos os desafios, e que todos os envolvidos precisarão se preparar para vencer cada um deles, o conhecimento, acesso à informação é algo imprescindível, os pais precisam buscar orientação e ajuda, afinal são eles que estarão dando suporte para os seus filhos nas atividades de casa, no apoio emocional através do amor e carinho da família. A educação inclusiva é uma abordagem educacional que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, culturais, sociais, de gênero, de habilidades e de necessidades especiais. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão de crianças em sala de aula bem como o papel do professor frente ao processo de inclusão. Nesse sentido, buscou-se com a pesquisa bibliográfica qualitativa estudar acerca das dificuldades enfrentadas por alunos com TDAH frente ao processo de inclusão escolar. A questão norteadora da pesquisa é: Quais os problemas encontrados ao “incluir” crianças com diagnóstico de TDAH em uma sala de aula? O referencial teórico foi desenvolvido com base em: Gomes (2011); Mantoan (2006) e outros autores. O método utilizado foi análise e leituras de textos e artigos relacionados ao tema.

Palavras-chave: TDAH. Educação. Inclusão. Transtornos em Estudantes.

¹ Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: leticiaalmeida7@hotmail.com

² Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: antonio.evaldo@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Diante das pesquisas e estudos, pude perceber o quanto o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é um tema estudado em todo o mundo, e por ser ligado à saúde podemos considerar que sempre vai haver muito a ser estudado e pesquisado sobre esse tema, uma vez que interfere em outras áreas também, como a educação.

Fiz um levantamento de pesquisas no (RAG) Repositório Acadêmico de Graduação, que a PUC Goiás disponibiliza à comunidade interna e a sociedade em geral. Nele encontrei algumas monografias, dentre elas duas que chamaram minha atenção. Uma delas se tratava sobre “A inclusão do aluno com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade nas séries iniciais do ensino fundamental” e a outra falava sobre “Efeitos de atraso e tarefa na resolução de problemas matemáticos em crianças com e sem TDAH”. Foram pesquisas que me trouxeram uma base consistente que sustentasse o meu tema escolhido e fizesse com que eu iniciasse o meu Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de uma Monografia.

O pequeno número de pesquisas monográficas encontradas no RAG, voltadas para alunos do ensino fundamental, ratifica a necessidade de um maior aprofundamento neste tema, uma vez que no processo de formação de professores são poucas as disciplinas que trazem esta temática para o conhecimento do futuro pedagogo.

A escolha do tema deu-se em função de vivências dentro de sala de aula, com alunos com Transtornos de Déficit de Atenção/Hiperatividade, que por sinal me deixou um pouco intrigada a pesquisar em relação ao seu desdobramento e os desafios a serem superados na escola. Diante disso, o interesse em aprender mais sobre esta síndrome foi crescendo. Quando me deparei com algumas situações em sala, eu não sabia como ajudar aquelas crianças, não sabia como orientar e direcionar cada uma delas que estavam comigo. Este desconforto e insegurança, levaram-me ao interesse em aprofundar meus conhecimentos acerca do TDAH.

Apesar de eu estar atuando dentro de uma instituição onde outras profissionais tinham tamanho conhecimento e propriedade para tratar do caso, eu me sentia perdida e incapacitada para estar ali. Com o tempo fui aprendendo, com a prática mesmo, de como lidar e como ajudar, como cuidar e educar. Entretanto,

minha formação como pedagoga mostrou-me que o conhecimento teórico se faz necessário e fundamental na constituição da minha profissionalização. Alinhar a teoria à prática nos permite uma formação sólida e nos capacita no exercício da docência.

Segundo Barkley (2002), o TDAH é um transtorno do desenvolvimento do autocontrole que consiste em problemas com os períodos de atenção, o controle do impulso e o nível de atividade. A criança com esse transtorno apresenta dificuldades de controlar as emoções e o próprio comportamento.

O transtorno, segundo Barkley (2002), afeta em torno de 5 a 7% da população mundial, causando uma série de impactos na vida de quem o possui, de quem cuida e também na vida de quem convive com pessoas que possuem esta síndrome. O pior efeito colateral do TDAH é a desinformação e o preconceito decorrentes dele.

As limitações de conhecimento sobre o tema no Brasil e o despreparo de pais, educadores e profissionais de saúde para identificar os primeiros sinais, diagnosticar e lidar com o transtorno são falhas que geram sofrimento desnecessário, limitam o desenvolvimento da criança e do adolescente, comprometendo a qualidade de vida de milhões de pessoas com TDAH e de seus familiares.

Esta inquietação, ou curiosidade epistemológica nos permite questionar quais são os impactos do TDAH nas práticas educacionais? Qual seria a mediação da escola com a criança? Quais são as dificuldades para o desenvolvimento na educação infantil para estas crianças?

Quando nos deparamos com crianças com algum transtorno e dificuldades de aprendizagem, é preciso ter um olhar mais sensível e perceber que é necessária uma busca maior de estudo, pesquisas, de auxílio e ajuda. Uma sala de aula com crianças que passam por tamanhas dificuldades e que em toda situação os pais e a família sofrem juntos, é tema relevante para estudo e preocupação docente.

A questão a que nos propusemos responder, por meio da pesquisa monográfica, subsidiada por meio de pesquisa bibliográfica é: quais os impactos do TDAH nas práticas educacionais, sobretudo na Educação Básica, primeira etapa. Esta pesquisa levante os seguintes objetivos para serem alcançados: compreender os impactos que o TDAH apresenta na educação básica, primeira etapa do Ensino Fundamental; investigar e compreender o que é TDAH; pesquisar e avaliar o comportamento e as dificuldades de crianças com TDAH na escola, por meio de

pesquisas e estudos teóricos realizados no campo da educação; identificar as formas de mediação do professor e da escola em relação às crianças diagnosticadas com TDAH.

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está entre as síndromes recorrentes e percebidas nos estudantes desde a educação infantil. É notório nas escolas o número de crianças que produzem o diagnóstico e encaminham o laudo médico às escolas, constituindo-se em um novo desafio escolar para o (a) professor (a), família e principalmente para a criança.

Quais os desafios que eles irão enfrentar? E como será a relação entre professor e aluno? As perguntas foram traduzidas de forma a organizar a questão central da pesquisa: Os impactos do TDAH na educação básica (primeira etapa). Para dar sustentação às buscas, foram desenvolvidas algumas pesquisas de autores fundamentais, como: Barkley (2002), Rohde e Benczik (1999) e Lima (2010).

O TDAH é um transtorno de desenvolvimento do autocontrole que consiste em disfunções com os períodos de atenção, com contenção do impulso e com o nível de atividade (BARKLEY, 2002). Tais problemas são independentes da criança e constata-se que a mesma não demonstra capacidade de controlar seus próprios comportamentos durante determinado tempo. Vale destacar que não se trata apenas de um estado temporário que será superado, ao contrário, constitui uma condição normal da infância. Não é causado por falta de disciplina ou controle parental.

Devido à inadequação ao padrão pedagógico convencional, é comum que alunos com TDAH apresentem comportamentos inadequados ao mesmo tempo em que são percebidos, por parte dos docentes, como “entraves” a manutenção de um clima harmonioso em sala de aula, (DARIN, 2022). Diante do mencionado observa-se que na atualidade, muito se discute sobre a questão do aluno com TDAH, mas em contrapartida são poucos os profissionais da área da educação que conhecem e compreendem as dificuldades enfrentadas por estes alunos relacionadas à atenção, hiperatividade e impulsividade.

É inegável que dissertar sobre esse assunto tem sido uma atividade desafiadora, seja por falta de conhecimento da problemática pelas pessoas; pelo ceticismo da existência do transtorno; ou até mesmo pela tendência de a literatura que versa sobre o assunto condenar alguém. Diante deste desafio, os argumentos vão desde a afirmação de que a escola não oportuniza condições positivas de aprendizagem para os alunos com TDAH, pois os conteúdos não são atraentes e

significativos e os professores não conseguem propor uma metodologia diferenciada que atraia a atenção do aluno com TDAH; até o pretexto de que a causa seja exclusivamente biológica, ou ainda, seja a ausência da imposição de limites e regras pelos genitores.

Os educadores se deparam com estudantes que possuem hiperatividade e não sabem lidar com eles em sala de aula, fazendo um pré-julgamento e confundem seu TDAH com mau comportamento, o que acaba prejudicando, de forma significativa, o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Este é considerado um fator preocupante, pois é no ambiente escolar que a maioria dos jovens tem contato com a leitura e a escrita, o que exige atenção e concentração.

Diante dessa necessidade, o estudo aqui apresentado esclarece sobre as características, consequências e diagnóstico do TDAH, bem como suas implicações no ambiente escolar, apontando o papel da escola e o papel do professor no auxílio ao aluno que sofre com esse distúrbio.

Quando o assunto é TDAH, sabemos que são muitos os desafios, e que todos os envolvidos vão precisar se preparar para vencer cada um deles, o conhecimento, acesso à informação é algo imprescindível, os pais precisam buscar orientação e ajuda, afinal são eles que estarão dando suporte para os seus filhos nas atividades de casa, no apoio emocional através do amor e carinho da família. Os professores são como colunas no crescimento e avanço do aluno, eles também têm sua importância e precisam estar bem-preparados para cada ação e situação dentro de sua sala de aula garantindo o cuidado e a proteção ao educando.

Não se pode ignorar a grande responsabilidade que a escola e seu corpo docente possuem na vida de um estudante. No momento em que ambos não cooperarem, ou agirem de forma equivocada, os danos serão duradouros, já que é no ambiente escolar que a criança se desenvolve, aprende, se socializa e se condiciona a uma rotina. Conclui-se que os estudos e pesquisas sobre TDAH nos mostram a importância de dar uma atenção maior para esses alunos, bem como reconhecer a importância do papel do professor na vida do aluno com TDAH.

Para responder o problema desta pesquisa e se alcançar os objetivos programados, utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos, dissertações e trabalhos monográficos. Deve-se recorrer também ao Repositório Acadêmico da PUC Goiás e ao banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em educação da PUC Goiás. Sendo assim, esta

pesquisa de cunho bibliográfico, em forma de um trabalho monográfico foi organizada em dois capítulos, sendo que no Capítulo I A educação inclusiva é uma abordagem educacional que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, culturais, sociais, de gênero, de habilidades e de necessidades especiais.

Já no Capítulo II aborda sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está entre as síndromes recorrentes e percebidas nos estudantes desde a educação infantil. É notório nas escolas o número de crianças que produzem o diagnóstico e encaminham o laudo médico às escolas, constituindo-se em um novo desafio escolar para o (a) professor (a), família e principalmente para a criança.

CAPÍTULO I

A INCLUSÃO: REVISITANDO OS CONCEITOS, CONCEPÇÕES, DESAFIOS E SUA INTERAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ESTUDANDO DOS ANOS INICIAIS

A educação inclusiva é uma abordagem educacional que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, culturais, sociais, de gênero, de habilidades e de necessidades especiais.

Essa abordagem valoriza a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, reconhecendo que cada um tem suas próprias habilidades, interesses e necessidades. A educação inclusiva procura oferecer um ambiente acolhedor, respeitoso e seguro para todos os alunos, e valoriza a participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores e funcionários.

Para implementar a educação inclusiva, é necessário adotar práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e as diferenças individuais, adaptando o ensino às necessidades dos alunos e promovendo a aprendizagem colaborativa. Também é importante que as escolas ofereçam recursos e suportes adequados para atender às necessidades especiais dos alunos, como equipamentos adaptados, materiais acessíveis, profissionais especializados em educação especial e apoio psicossocial.

A educação inclusiva é um direito de todos os estudantes e uma abordagem que promove a igualdade e a inclusão social. Além disso, essa abordagem pode beneficiar a todos os alunos, ao criar um ambiente mais acolhedor, respeitoso e diversificado, e ao promover a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Maria Teresa Eglér Mantoan é pedagoga, mestre e doutora em Educação pela UNICAMP. Atualmente, encontra-se como coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED) e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade. Mantoan tem uma larga produção acadêmica nas áreas de Educação Especial e Inclusão Escolar ocupando um espaço de destaque entre os principais pesquisadores brasileiros na área. Entre

seus principais livros encontram-se: *Inclusão Escolar – o que é? Por quê? Como fazer?* (2003) e *Ser ou estar, eis a questão: uma tentativa de explicar o que significa o déficit intelectual* (1994).

[...] Além de a Constituição assegurar o direito de todos indiscriminadamente à educação a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência também reforçou a igualdade do direito de todos à educação assimilando o fórum privilegiado da Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência que deixa claro que as pessoas com deficiência devem estudar em ambientes escolares inclusivos, (ALVES; ARAÚJO, 2017, p. 244).

A pessoa com deficiência possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades. Pode apresentar uma ou mais deficiências, percebida ao nascimento ou adquirida ao longo da vida. Ela geralmente precisa de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades. As pessoas com deficiência são vistas, geralmente, como incapazes de ter vida social por si, mesmo dano demonstrações cotidianas de suas capacidades e habilidades. São indivíduos ativos que usam outros meios além das pernas para se movimentar, que decifram o ambiente com outras partes do corpo e não com os olhos e ouvidos, são aqueles que leem com os dedos ou que falam com gestos e pensam por imagens. Assim, podem fazer tudo que todas as pessoas fazem, desde que garantidas às condições e acessibilidade que devem ser asseguradas para todos, (RODOVALHO, 2005).

A inclusão é um processo dialético complexo, pois envolve a esfera das relações sociais Inter e intrapessoais vividas na escola. Ela vai além do ato de inserir, de trazer a criança para dentro do centro de educação infantil. Significa envolver, compreender, participar e aprender. Assim, no processo de inclusão, a criança com necessidades educacionais especiais não pode ser vista apenas por suas dificuldades, limitações ou deficiências. Ela deve ser olhada na sua dimensão humana, como pessoa com possibilidades e desafios a vencer, de forma que os laços de solidariedade e afetividade não sejam quebrados.

A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, traz educação especial, como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida preferencialmente pelo ensino regular, para alunos com necessidades especiais, oferecendo quando necessário serviço de apoio especializado, para atender às

peculiaridades da clientela de educação especial, sendo dever constitucional do Estado, oferecer educação especial (BRASIL, 1996).

O professor desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão na educação. Ele é responsável por garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, necessidades e diferenças, tenham acesso ao currículo e à aprendizagem de forma equitativa.

O professor deve ter um olhar sensível e acolhedor para as diferenças e necessidades dos alunos, buscando compreendê-los em suas individualidades e particularidades. Além disso, é importante que o professor esteja capacitado e atualizado em relação às práticas pedagógicas inclusivas, bem como nas estratégias e recursos que podem ser utilizados para atender às diferentes necessidades dos alunos.

Ao criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor, o professor contribui para que todos os alunos se sintam valorizados, respeitados e incluídos, e isso pode trazer benefícios significativos para o desempenho acadêmico e social dos alunos. Em suma, a presença de um professor engajado e capacitado é fundamental para o sucesso da inclusão na educação. Deve-se lembrar que a educação inclusiva não envolve apenas governo, leis, escolas e alunos. Lima (2010) refere ser o professor o agente principal, estando mais envolvido e sendo o responsável maior no processo inclusivo e educativo da criança.

Silva (2003) aponta que, no trabalho de inclusão é preciso envolver também a família como coparticipante no apoio ao aluno, possibilitando assim um trabalho integrado entre escola, família e profissionais. A parceria entre escola inclusiva e família é fundamental no processo de inclusão, a fim de quebrar barreiras na participação e inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais.

O aprendizado das crianças com deficiência é de extrema importância para o seu desenvolvimento social, cultural, cognitivo e emocional. Assim, cabe ao professor utilizar metodologias e práticas que os ajudem a desenvolver suas habilidades, obedecendo às limitações de cada educando para que de fato aconteça o ensino-aprendizado das mesmas. A inclusão na escola pode apresentar algumas dificuldades, tais como: Falta de recursos e equipamentos adequados para atender às necessidades dos alunos com deficiência ou outras diferenças; Falta de formação e capacitação dos professores para lidar com a diversidade e atender às

necessidades específicas dos alunos com deficiência ou outras diferenças; Preconceitos e estereótipos em relação aos alunos com deficiência ou outras diferenças, tanto por parte dos professores quanto dos colegas de sala; Falta de planejamento e organização para a inclusão, tanto em relação ao planejamento pedagógico quanto ao planejamento físico e estrutural da escola; Dificuldade de adaptação do currículo e das atividades escolares para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência ou outras diferenças; Dificuldades de comunicação e interação entre os alunos com deficiência ou outras diferenças e os demais colegas de sala; Dificuldades de acesso à escola e aos serviços de transporte escolar para os alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, (RODOVALHO, 2005). Essas dificuldades podem representar obstáculos para a inclusão na escola, mas é importante que a comunidade escolar esteja comprometida em superá-las e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A escola desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão escolar, pois é o ambiente onde a maioria das crianças e jovens passa a maior parte do tempo e onde ocorre o processo de aprendizagem e socialização. Alguns aspectos que destacam o papel da escola na inclusão são: Acessibilidade física e pedagógica: A escola deve oferecer um ambiente acessível, seguro e adequado para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. Isso inclui a adaptação de espaços físicos e materiais pedagógicos, como salas de aula, banheiros, livros em Braille e outros recursos de acessibilidade. Esses são alguns aspectos que destacam o papel da escola na inclusão escolar. Quando a escola se torna um ambiente inclusivo e acolhedor, todos os alunos podem se desenvolver de forma plena e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A família também é um importante agente no processo de inclusão escolar, pois desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na educação dos filhos. Alguns motivos que destacam a importância da família na inclusão são, parceria com a escola: A família pode estabelecer uma relação de parceria com a escola, participando de reuniões, encontros e atividades que envolvam a inclusão escolar. Esse envolvimento pode contribuir para que a família conheça as necessidades do seu filho e possa colaborar com a escola na busca de soluções. Apoio emocional, a família pode oferecer apoio emocional ao aluno com deficiência ou outras diferenças, incentivando-o a enfrentar desafios e a desenvolver sua

autoestima e autoconfiança. Esse apoio pode contribuir para que o aluno se sinta mais seguro e acolhido na escola. Comunicação com a escola, a família pode manter uma comunicação constante com a escola, compartilhando informações e experiências que possam contribuir para a inclusão do aluno. Essa comunicação pode ajudar a escola a compreender melhor as necessidades do aluno e a adaptar seu planejamento pedagógico e suas atividades. Orientação e suporte, a família pode buscar orientação e suporte junto a profissionais especializados em educação inclusiva, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros. Esses profissionais podem auxiliar a família a compreender melhor as necessidades do seu filho e a encontrar estratégias para apoiá-lo no processo de inclusão.

O envolvimento da família na escola é um fator determinante para o sucesso da educação dos filhos. Quando pais e educadores trabalham em parceria, os resultados são mais positivos e duradouros, pois a educação se torna uma construção coletiva e solidária, baseada no diálogo, no respeito e na valorização das diferenças. Em resumo, a família desempenha um papel importante na inclusão escolar, contribuindo para que o aluno com deficiência ou outras diferenças possa desenvolver todo o seu potencial e se sentir acolhido e valorizado na escola.

Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada, (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27).

A escola inclusiva representa às pessoas com deficiência um local de universalização do direito de uma educação igualitária. Porém, um grande empecilho para a realização de tal situação é a falta de assistência tanto física como intelectual que as instituições ainda oferecem aos seus educandos. Portanto, cabe às autoridades competentes nestes domínios avaliar se o ensino nas escolas regulares bem como as estruturas físicas garantem a inserção dos alunos com deficiência, pois, a presença do educando em uma escola não é suficiente para que ocorram melhorias no processo de inclusão. Esse resultado dependerá de diversos fatores sociais e educacionais, principalmente a forma que a instituição escolar trabalha com a questão.

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota

ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados, (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA *apud* CARVALHO, 1997, p. 56).

A proposta de inclusão se baseia na manutenção de um currículo comum para todos os educandos, respeitando o ritmo, o tempo e as divergências de cada um. Contribui para a construção de uma sociedade menos excludente, mais justa e igualitária. Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade.

Conforme o Art. 2º da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 2, de 11 de setembro de 2001: “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando educação de qualidade para todos.” A expressão “necessidades especiais”, não se restringe apenas as pessoas com deficiência, como se imagina no senso comum. Exprime a ideia de que qualquer pessoa possa vir a apresentar necessidades especiais seja por tempo determinado ou indeterminado. Ou seja, as necessidades especiais podem ser usadas para qualquer dificuldade que o educando destacar seja ela, permanente ou não.

O ensino tanto para alunos que apresentam necessidades especiais ou não, deve ser igualitário, entretanto, para os que apresentam necessidades educacionais há atendimento educacional especializado, o que não deve ser pensado como um reforço das disciplinas curriculares, mas sim como uma prática para minimizar as dificuldades encontradas pelos alunos, uma vez que a escola deve desempenhar um papel de intervenção pedagógica na aprendizagem do mesmo para facilitar o seu

desenvolvimento por meio das mediações e intervenções sociais. Para isso, o professor deve valorizar a qualidade de cada educando e não exaltar suas limitações, além de dar ênfase nas potencialidades, habilidades, interesses e necessidades de cada um. A diversidade no âmbito escolar enriquece o conhecimento dos alunos por meio das trocas de ideias, informações e culturas. Como afirma Rego (1995), a escola deve ser um espaço para transformações, diferenças, contradições e criatividade.

Crianças com necessidades especiais incluídas no ensino regular já nos primeiros anos de vida apresentam melhores resultados na aprendizagem do que as que ficam fora do âmbito escolar regular, isso devido à socialização, comunicação e interação social que estimulam o desenvolvimento do educando, levando as crianças a aprenderem umas com as outras, gerando assim, conquistas de novas habilidades, compreensão e respeito ao próximo, o que resulta consequentemente em melhores desempenhos educacionais. A escola neste aspecto não pode esquecer que a criança é um conjunto de pensamentos de movimentos e também de sentimentos, cabe à escola adequar um envolvimento às necessidades da criança nunca desenvolvendo funções seletivas, mas, pelo contrário, integrativas.

O sentido da palavra inclusão é mais amplo quando comparado ao termo integração uma vez que a inclusão indica a inserção total e incondicional dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais. Já a integração se submete a uma definição de inserção parcial e condicionada ao limite de cada educando. A inclusão exige que a escola se adapte às necessidades dos alunos já que defende a inserção de alunos com qualquer tipo de necessidade especial. Grande parte da população ainda confunde suas ações por possuírem significados semelhantes.

Conforme destaca Mazzotta (2005), o sentido atribuído a educação inclusiva é, muitas vezes, o de assistência aos deficientes e não o de educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A educação inclusiva não se refere somente aos deficientes, mas aos pobres, aos homossexuais, aos negros, enfim, todas as pessoas que de alguma forma são excluídas do processo de aprendizagem.

A educação inclusiva tem como objetivo valorizar a diversidade e a torná-la como algo natural no processo de aprendizagem. Cada ser humano é único nas suas necessidades. Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste

apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

Não se pode discutir inclusão sem refletir na prática e na capacitação dos professores, pois, quando os professores resistem à inclusão o argumento mais comum é não terem sido ou não estarem preparados para essa proposta.

Sabe-se que a principal tarefa do professor não é mais a de transmissão de conhecimentos, mas sim a de incentivo e estímulo a aprendizagem e o pensamento do educando, para tornar cidadãos críticos capazes de ter suas próprias opiniões. Sendo assim, cabe ao professor usar técnicas e meios para que essa tarefa seja realizada com sucesso e alcançada com resultados esperados. O educador deve estar preparado para lidar com novas posturas e novos desafios. Assim, estará mais apto a lidar com a inclusão se também aprender com ela, ou seja, utilizar a teoria e exercê-la na prática. Por isso, deve estar preparado para inovação no campo educacional, pois diversos fatores podem constituir obstáculos a mudanças, dentre eles, a falta de compreensão, falta de apoio, falta de habilidade necessária, pré-conceitos e escassez de recursos. Por isso, é preciso ter força para enfrentar desafios, vontade de mudar para melhorar, já que a mudança é algo incerto e gera desconforto, incertezas e desafios, (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA *apud* CARVALHO, 1997).

A escola é um espaço de aprendizagem de conteúdos historicamente acumulados é também um âmbito de diversidade humana, no qual os educandos vivenciam e experimentam situações de socialização, onde aspectos de respeito, solidariedade, direitos e deveres fazem parte da sólida formação humana, ou seja, a escola também tem o papel de educar o educando para a vida a fim de que se torne um cidadão capaz de ter consciência em relação à prática de exercício da cidadania de forma crítica e consciente. Além disso, esse papel da escola também ajuda o educando na compreensão sobre o mundo e suas transformações, fazendo com que o mesmo se reconheça como participativo e parte integrante da sociedade podendo assim intervir na prática da cidadania para garantir um mundo melhor para as atuais e futuras gerações.

Os professores devem retomar o poder da escola e isso deve ser exercido pelas mãos dos que fazem acontecer a educação. Devem combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma oportunidade para que os educandos, pais e demais componentes da instituição demonstrem suas competências e responsabilidades educacionais, (MANTOAN, 2006).

Quanto maior for a capacitação do professor para lidar com a inovação educativa, mais ele estará aberto às mudanças na sociedade e principalmente na instituição escolar, porém, ainda existem professores que preferem continuar com métodos tradicionais, isso significa medo de mudanças ou despreparo para lidar com novas propostas pedagógicas, o que ainda é muito presenciado em nossa sociedade. O professor deve estar ciente de que no mundo de hoje o papel do educador mudou. Não existe mais o detentor do saber ele é o mediador entre o aluno e o saber, deve acompanhar as mudanças pedagógicas na mesma proporção de suas velocidades.

Porém, não se pode ver o professor apenas dentro da ótica profissional, pois a mudança de postura e comportamento envolve o ser como um todo. Não há mudança apenas na sala de aula, a mudança quando acontece se dá por inteiro: profissional, pessoal, social, psicológica, etc. Essa mudança deve compreender a capacitação prática articulada com a teórica, mas sempre permeada pela formação humana, compreendendo o ser como emocional e racional.

O docente deve estar em constante mutação para melhor lidar e se relacionar com o conhecimento e estar a par das mudanças pedagógicas e suas possibilidades. Este deve estar sempre questionando e modificando suas formas de relacionar com as ideias, com os alunos e com o papel que exerce, já que a qualidade do trabalho pedagógico resultará no desenvolvimento do educando. Pois não há uma única maneira de tornar uma escola eficaz às necessidades dos educandos. Deve ser levado em consideração um conjunto de aspectos que criam condições favoráveis à aprendizagem dos alunos. Para tanto, a escola e sua equipe devem pensar e repensar suas ações para a obtenção de melhores práticas educativas, consequentemente resultados positivos no processo ensino aprendizagem. Isso implica reflexão e interpretação dos acontecimentos escolares na medida em que ocorrem. Responder positivamente a essas necessidades é um meio de alcançar uma escola eficaz para todos.

É preciso que a escola e os seus integrantes se adéquem aos novos tempos e as novas mudanças pedagógicas, pois melhorar a educação do país significa formar gerações mais preparadas para enfrentar os preconceitos e obstáculos na vida em sociedade, as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são orientados a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender frequentando uma mesma e única turma, (MANTOAN, 2006).

Para que se obtenha uma inclusão de qualidade é preciso que todos os componentes que constituem a escola, como, educadores, pais e alunos tenham consciência cada vez mais evoluída de educação e desenvolvimento humano.

Entre as diversas formas de integração social, a escola é o principal meio de inserção. O ensino, a educação, a cultura, o desenvolvimento fazem da escola um meio primordial para formação de cidadãos capazes de enfrentar as dificuldades. A aproximação e a relação entre a escola e a sociedade se tornam fundamentais para mudança de tal realidade, pois, como afirma Rego (1995), quando o homem transforma a natureza conforme sua necessidade ele provoca transformações recíprocas, transformando a si mesmo e a natureza para sua existência.

A inclusão surgiu com o intuito de incluir pessoas com deficiência não somente na escola, mas na sociedade em geral. O processo de inclusão vem sendo implementado no país há pouco tempo e está se desenvolvendo em cada sistema social, como no lazer, no esporte, transporte, educacional. Quanto mais os Sistemas Sociais se adequarem ao processo de inclusão mais rápido se alcançará a verdadeira inclusão para todos. Incluir é uma questão de justiça social. Segundo Mantoan (1997, p. 145),

[...] a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A

inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldade na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Conforme destaca a Declaração de Salamanca de 1994, (*apud* SASSAKI, 2003), as crianças e os jovens com necessidades especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem ativos e promover-lhes as habilidades necessárias no dia a dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. Daí a importância de cursos de capacitação aos profissionais da educação, pois para responder às necessidades dos educandos primeiramente é preciso responder às necessidades dos professores. Desse modo, é de fundamental importância que os professores saibam as leis que regem sobre a inclusão, assim, o relacionamento entre aluno e educador se torna frutífero e eficaz. Também, é fundamental que no processo de inclusão, os alunos que apresentam necessidades especiais sejam acompanhados por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais para um melhor resultado na aprendizagem.

Os órgãos de ensino devem acompanhar as mudanças sociais, cabendo aos mesmos oferecer cursos de formação continuada para os professores, já que uma formação com qualidade oferece tanto aos educandos como educadores uma base sólida para a convivência entre ambos. Também é importante que a quantidade de alunos por sala de aula seja regular, pois o professor poderá assim oferecer uma educação mais eficaz se puder atender a todos os alunos independentemente de apresentar ou não necessidades especiais. Além disso, cabem as instituições o papel de promover apoio pedagógico especializado a cada especificidade do educando, pois isso é fundamental para o intercâmbio de ensino-aprendizagem do educando.

A educação inclusiva refere-se não somente ao fato de inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas sim a de ser espaço de aprendizagem que possibilite aos alunos, melhores oportunidades no mundo atual, com o intuito de formar sujeitos autônomos no mercado de trabalho e no meio em que vivem.

Diversos documentos oficiais amparam os direitos das pessoas deficientes, um exemplo é o texto legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9.394/96), que apresenta um capítulo destinado à Educação especial, o qual destaca que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Graças a esses aparatos que garantem matrículas às pessoas com necessidades especiais, serviços de apoio especializado para atender cada especificidade do educando, especialização de professores, entre outros, grande parte das pessoas deficientes estão tendo acesso à educação pública, tornando evidente a luta por uma construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

CAPÍTULO II

A INCLUSÃO E A INTERAÇÃO DE ESTUDANTE PORTADOR DE TDAH NO CONTEXTO DO PROCESSO EDUCACIONAL NA APRENDIZAGEM: uma revisão da literatura

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está entre as síndromes recorrentes e percebidas nos estudantes desde a educação infantil. É notório nas escolas o número de crianças que produzem o diagnóstico e encaminham o laudo médico às escolas, constituindo-se em um novo desafio escolar para o (a) professor (a), família e principalmente para a criança.

Quais os desafios que eles irão enfrentar? E como será a relação entre professor e aluno? As perguntas foram traduzidas de forma a organizar a questão central da pesquisa: Os impactos do TDAH na educação básica (primeira etapa). Para dar sustentação às buscas, foram desenvolvidas algumas pesquisas de autores fundamentais, como: Barkley (2002), Rohde e Benczik (1999) e Lima (2010).

“O TDAH é um transtorno de desenvolvimento do autocontrole que consiste em disfunções com os períodos de atenção, com contenção do impulso e com o nível de atividade” (BARKLEY, 2002, p. 35). Tais problemas são independentes da criança e constata-se que a mesma não demonstra capacidade de controlar seus próprios comportamentos durante determinado tempo. Vale destacar que não se trata apenas de um estado temporário que será superado, ao contrário, constitui uma condição normal da infância. Não é causado por falta de disciplina ou controle parental. “O TDAH é um transtorno real, um problema real, e frequentemente, um obstáculo real”, (BARKLEY, 2002, p. 35). Acredita-se que seja uma das principais fontes de encaminhamento de crianças escolares ao sistema de saúde (BARKLEY, 2008) por parte dos profissionais da educação.

Devido à inadequação ao padrão pedagógico convencional, é comum que alunos com TDAH apresentem comportamentos inadequados ao mesmo tempo em que são percebidos, por parte dos docentes, como “entraves” a manutenção de um clima harmonioso em sala de aula,. Diante do mencionado observa-se que na atualidade, muito se discute sobre a questão do aluno com TDAH, mas em contrapartida são poucos os profissionais da área da educação que conhecem e compreendem as dificuldades enfrentadas por estes alunos relacionadas à atenção, hiperatividade e impulsividade. (DARIN, 2022, p. 373).

É inegável que dissertar sobre esse assunto tem sido uma atividade desafiadora, seja por falta de conhecimento da problemática pelas pessoas; pelo ceticismo da existência do transtorno; ou até mesmo pela tendência de a literatura que versa sobre o assunto condenar alguém. Diante deste desafio, os argumentos vão desde a afirmação de que a escola não oportuniza condições positivas de aprendizagem para os alunos com TDAH, pois os conteúdos não são atraentes e significativos e os professores não conseguem propor uma metodologia diferenciada que atraia a atenção do aluno com TDAH; até o pretexto de que a causa seja exclusivamente biológica, ou ainda, seja a ausência da imposição de limites e regras pelos genitores, (ALVES; DUARTE, 2017).

Os educadores se deparam com estudantes que possuem hiperatividade e não sabem lidar com eles em sala de aula, fazendo um pré-julgamento e confundem seu TDAH com mau comportamento, o que acaba prejudicando, de forma significativa, o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Este é considerado um fator preocupante, pois é no ambiente escolar que a maioria dos jovens tem contato com a leitura e a escrita, o que exige atenção e concentração.

Rohde e Benczik (1999), dizem que os médicos chamam de comorbidade à ocorrência, em conjunto, de dois ou mais problemas de saúde mental. Por exemplo, cerca de 50% das crianças e adolescentes com TDAH também apresentam problemas de comportamento como agressividade, mentiras, roubo, comportamento de oposição ou de desafio às regras e aos pedidos dos adultos. Dessa forma, entende-se a necessidade de debater esse tema na Educação, por se fazer tão presente na vida de muitos estudantes. É importante identificar os sintomas para ajudá-los a ter uma maior compreensão e aprendizado. Somente uma proposta didático -pedagógica que leve em conta as diferenças que estudantes com TDAH detêm ajudará na inclusão e na antecipação de problemas sociais, emocionais e psicológicos que, com certeza, afetam o processo ensino-aprendizagem.

Diante dessa necessidade, o estudo aqui apresentado esclarece sobre as características, consequências e diagnóstico do TDAH, bem como suas implicações no ambiente escolar, apontando o papel da escola e o papel do professor no auxílio ao aluno que sofre com esse distúrbio.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394/96, a rede de ensino deve oferecer atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e

altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Recentemente, por meio da Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, o tema ganhou destaque pois a partir desta lei, a escola deve assegurar aos alunos com TDAH e Dislexia, acesso e recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de suas aprendizagens. Acrescenta que os sistemas de ensino devem garantir aos professores formação própria sobre a identificação e abordagem pedagógica.

Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Parágrafo único. O acompanhamento integral previsto no caput deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde, (BRASIL, 2021).

A Lei é bem clara e objetiva, mas na realidade, as crianças com algum tipo de transtorno têm mesmo os recursos necessários nas escolas? Visando principalmente um cenário de escolas públicas o Estado garante que todo aluno com TDAH ou com outro transtorno de aprendizagem tenha o direito de ter um acompanhamento integral, e, também, acompanhamento terapêutico especializado na área da saúde.

Esses profissionais, que são de extrema importância no processo de educação do aluno diagnosticado com TDAH, são acessíveis, são profissionais capacitados que estão realmente preparados para lidar com esses desafios apresentados nas escolas? Tais perguntas encontram-se na agenda da educação e precisam permanecer até que a sociedade consiga a efetivação das ações previstas ainda apenas no campo da legislação. Recorrendo a Lei nº 14.254 de 2021, constatamos a necessidade desta formação, como a articulação de ações que requerem uma equipe multissetorial. Preconiza o Art. 5º:

No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos, (BRASIL, 2021).

Quando o assunto é TDAH, sabemos que são muitos os desafios, e que todos os envolvidos vão precisar se preparar para vencer cada um deles, o conhecimento, acesso à informação é algo imprescindível, os pais precisam buscar orientação e ajuda, afinal são eles que estarão dando suporte para os seus filhos nas atividades de casa, no apoio emocional através do amor e carinho da família. Os professores são como colunas no crescimento e avanço do aluno, eles também têm sua importância e precisam estar bem-preparados para cada ação e situação dentro de sua sala de aula garantindo o cuidado e a proteção ao educando.

Não se pode ignorar a grande responsabilidade que a escola e seu corpo docente possuem na vida de um estudante. “No momento em que ambos não cooperarem, ou agirem de forma equivocada, os danos serão duradouros, já que é no ambiente escolar que a criança se desenvolve, aprende, se socializa e se condiciona a uma rotina”, (MAIA; CONFORTIN, 2015, p. 82).

No processo de compreensão do TDAH, observa-se que com o decorrer dos anos, a criança se apresenta inquieta, desajustada e desobediente, de fácil irritabilidade e com insatisfação frequente, (MAIA; CONFORTIN, 2015). Tais sintomas, muitas vezes, são comuns e podem ser confundidos com desvio de conduta. A adolescência é o período em que se acentuam a incapacidade de concentração, distração frequente, impulsividade, desempenho escolar instável, muitas brigas com professores e colegas. Há, também, grande dificuldade em transformar ideias em ações, de expressar pontos de vista, humor muito volúvel e intolerância à frustração, conforme pontua Lima:

[...] Nas provas, são visíveis os erros por distração (erram sinais, vírgulas, acentos, etc.). Esquecem recados, material escolar ou até mesmo o que estudaram na véspera da prova. Tendem a ser impulsivas (não esperam a vez, não leem a pergunta até o final e já respondem, interrompem os outros, agem antes de pensar). Dificuldades com relação a horários, frequentemente não os cumprem. É comum apresentarem dificuldades em se organizar e planejar aquilo que querem ou precisam fazer. Dificuldades com relação à escala de prioridades. Seu desempenho sempre parece inferior ao esperado para a sua capacidade intelectual, (LIMA, 2010, p. 67).

Frequentemente, esses são os sintomas mais apresentados e perceptíveis à observação da família e da escola. Um profissional habilitado a diagnosticar o TDAH vai, também, estar atento, para além de todos os sintomas citados anteriormente, há situações em que o estudante com TDAH faz opção por atividades solitárias, que propiciem o isolamento.

Há diferentes perfis dentro do TDAH, e muitas das características que compõem esses perfis são confundidas com mau comportamento, o qual, se tratado de forma indevida, ou seja, se não for dada a atenção necessária e/ou ser ignorado, pode causar diversas consequências emocionais, sociais e/ou psicológicas. Essas características devem ser levadas em consideração para a identificação de sintomas e, juntamente com essa observação, o professor deve ser capaz de formar estratégias para ajudar o estudante em seu processo de ensino-aprendizagem.

As crianças com TDAH são aquelas que têm a mente fértil e acelerada, capazes de usarem suas habilidades para a construção de um mundo melhor, (MAIA; CONFORTIN, 2015). Percebe-se que os estudos e pesquisas sobre TDAH nos mostram a importância de dar uma atenção maior para esses alunos, bem como reconhecer a importância do papel do professor na vida do aluno com TDAH. O professor tem a possibilidade de fazer com que o “muito” da vida desse aluno seja orientado para o bom, o bem e o belo. Conhecer o TDAH e buscar meios para enfrentá-lo é, também, evitar consequências que firam o bem comum.

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade pode influenciar significativamente na educação. Alunos com TDAH podem apresentar dificuldades em se concentrar, organizar tarefas, manter a atenção por longos períodos de tempo e controlar impulsos. Esses desafios podem afetar seu desempenho acadêmico e sua interação na sala de aula. Os sintomas do TDAH podem interferir na capacidade do aluno de acompanhar as instruções, concluir tarefas, seguir uma rotina e manter o foco durante as aulas. Eles podem ter dificuldades em lembrar e aplicar informações, o que pode levar a notas mais baixas e falta de progresso acadêmico.

Na fase infantil, o TDAH pode apresentar uma série de desafios para a criança, seus pais e professores. Aqui estão alguns dos desafios mais comuns enfrentados por crianças com TDAH, conforme autor (BARKLEY, 2002): Dificuldade de atenção, as crianças com TDAH tendem a ter dificuldade em manter a atenção em tarefas, especialmente aquelas que exigem esforço mental prolongado, como aulas na escola. Isso pode resultar em dificuldades acadêmicas, pois podem perder informações importantes; Hiperatividade, A hiperatividade é um sintoma característico do TDAH. As crianças com TDAH podem ter excesso de energia e dificuldade em ficar sentadas ou quietas por períodos prolongados. Isso pode afetar seu comportamento na escola, em casa e nas atividades sociais; Impulsividade: As crianças com TDAH podem ter dificuldade em controlar seus impulsos. Elas podem

interromper os outros durante as conversas, ter dificuldade em esperar sua vez ou tomar decisões precipitadas. Essa impulsividade pode afetar suas interações sociais e seu desempenho acadêmico; Dificuldades acadêmicas: Devido à falta de atenção e impulsividade, as crianças com TDAH podem enfrentar dificuldades acadêmicas. Elas podem ter problemas para acompanhar o conteúdo das aulas, completar tarefas ou organizar seu trabalho escolar. Isso pode levar a um desempenho abaixo do esperado e à frustração; Desafios sociais: As dificuldades de atenção, hiperatividade e impulsividade podem impactar negativamente as interações sociais das crianças com TDAH. Elas podem ter dificuldade em seguir as regras sociais, ler as emoções dos outros e manter amizades estáveis. Isso pode levar a sentimentos de isolamento e baixa autoestima.

É importante lembrar que cada criança com TDAH é única e enfrentará desafios específicos. É essencial fornecer apoio adequado, incluindo tratamento médico, terapia comportamental e estratégias de apoio educacional, para ajudar a criança a superar esses desafios e desenvolver seu potencial máximo.

No entanto, com as estratégias e o suporte adequados, os alunos com TDAH podem alcançar sucesso na educação. É importante que os educadores estejam cientes das necessidades específicas desses alunos e possam adaptar as abordagens de ensino para atender às suas necessidades. Isso pode envolver o uso de técnicas de ensino diferenciadas, como quebra de tarefas em etapas menores, fornecer instruções claras e diretas, usar apoios visuais, permitir pausas regulares e oferecer feedback constante.

Além disso, pode ser benéfico incentivar a comunicação aberta entre o aluno, os pais e os professores, a fim de garantir um ambiente de aprendizado favorável e oferecer o suporte necessário. Portanto, embora o TDAH possa apresentar desafios na educação, com o apoio certo, os alunos com TDAH podem ter sucesso acadêmico e desenvolver suas habilidades em um ambiente educacional inclusivo.

O diagnóstico de TDAH pode ocorrer em diferentes fases da vida, desde a infância até a idade adulta. No entanto, o TDAH é geralmente identificado durante a fase escolar, quando os sintomas podem se tornar mais evidentes. Os sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade podem se tornar mais notórios quando a criança inicia a educação formal e precisa se adaptar a um ambiente estruturado, como a escola.

Muitas vezes, os primeiros sinais de TDAH são observados por professores ou pais preocupados com o desempenho acadêmico e comportamental da criança na escola. No entanto, é importante notar que o diagnóstico de TDAH requer uma avaliação completa, considerando a presença dos sintomas em múltiplos ambientes (por exemplo, escola e casa) e a exclusão de outras condições médicas ou psicológicas que possam estar contribuindo para os sintomas.

Embora o diagnóstico seja comum durante a infância, também é possível que o TDAH seja diagnosticado na adolescência ou até mesmo na idade adulta. Muitas vezes, as dificuldades de atenção e impulsividade podem persistir até a vida adulta, afetando o desempenho acadêmico, profissional e as relações interpessoais. O diagnóstico na idade adulta pode ser desencadeado por dificuldades persistentes e problemas que afetam a vida diária.

Cabe ressaltar que o diagnóstico de TDAH deve ser realizado por profissionais de saúde qualificados, como médicos, psicólogos ou psiquiatras, com base em critérios diagnósticos bem estabelecidos, como os do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

A inclusão e a interação de estudantes portadores de TDAH no contexto do processo educacional são aspectos essenciais para garantir que eles tenham oportunidades justas e adequadas de aprendizagem. Aqui está uma conclusão sobre esse tema:

A inclusão de estudantes portadores de TDAH no ambiente educacional envolve a criação de um ambiente de aprendizagem acolhedor, que reconheça suas necessidades individuais e promova estratégias de apoio. Isso inclui a adoção de abordagens pedagógicas diferenciadas, a implementação de ajustes razoáveis e a colaboração entre professores, profissionais de saúde e pais.

Uma das principais áreas de foco é a adaptação do ambiente de sala de aula para atender às necessidades dos estudantes com TDAH. Isso pode envolver a redução de distrações visuais e sonoras, a organização do espaço de trabalho, a implementação de rotinas estruturadas e o uso de estratégias de ensino que incentivem a participação ativa e engajamento.

Além disso, a interação e a colaboração entre professores, estudantes e seus pais desempenham um papel fundamental na promoção do sucesso educacional. É importante que os professores estejam cientes das características e desafios do TDAH, para que possam adaptar suas abordagens de ensino, fornecer apoio

individualizado e estabelecer metas realistas para o progresso acadêmico e comportamental do estudante, (BARKLEY, 2002).

A conscientização e a educação sobre o TDAH também são cruciais para combater estigmas e promover uma cultura inclusiva nas escolas. É importante que os estudantes sem TDAH compreendam as dificuldades enfrentadas por seus colegas e desenvolvam empatia, respeito e apoio mútuo.

Em suma, a inclusão e a interação de estudantes portadores de TDAH no contexto educacional demandam uma abordagem multidisciplinar e colaborativa. Ao fornecer o suporte necessário, adaptar o ambiente de aprendizagem e promover a compreensão e a aceitação, é possível proporcionar uma experiência educacional positiva e significativa para esses estudantes, permitindo que eles alcancem seu potencial máximo e se sintam valorizados como membros da comunidade escolar.

A conscientização dos alunos com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) deve ser uma prioridade nas escolas e na sociedade em geral. Aqui estão algumas sugestões sobre como promover a conscientização e apoiar esses alunos:

Educar os alunos e professores: É importante fornecer informações precisas sobre o TDAH, suas características e como ele afeta o aprendizado e o comportamento. Palestras, seminários ou workshops podem ser organizados para educar tanto os alunos como os professores sobre o assunto.

Inclusão e empatia: É fundamental criar um ambiente inclusivo onde os alunos com TDAH se sintam aceitos e compreendidos. Promova a empatia, encorajando os alunos a se colocarem no lugar do outro e a reconhecerem as dificuldades enfrentadas por colegas com TDAH.

Plano individualizado de ensino: Trabalhe em conjunto com os alunos com TDAH, seus pais e professores para desenvolver um plano individualizado de ensino. Esse plano pode incluir estratégias específicas de aprendizado, como fornecer instruções claras, dividir tarefas complexas em etapas menores e permitir pausas regulares durante as atividades.

Ambiente de aprendizagem estruturado: Crie um ambiente de aprendizagem estruturado e organizado, com rotinas claras e previsíveis. Isso pode ajudar os alunos com TDAH a se concentrarem melhor e a lidarem com suas dificuldades de planejamento e organização.

Incentivo à participação ativa: Encoraje a participação ativa dos alunos com TDAH nas atividades escolares. Valorize suas contribuições, seja através de elogios, reconhecimento ou recompensas tangíveis. Isso ajudará a promover a autoestima e a motivação desses alunos.

Colaboração com os pais: Mantenha uma comunicação aberta e regular com os pais dos alunos com TDAH. Compartilhe informações sobre o progresso acadêmico e comportamental, discuta estratégias de apoio e esteja aberto a sugestões e preocupações dos pais.

Sensibilização na comunidade escolar: Além de trabalhar com os alunos diretamente, é importante envolver toda a comunidade escolar na conscientização sobre o TDAH. Isso inclui os administradores, funcionários, pais e outros alunos. Palestras, workshops ou campanhas de conscientização podem ser organizados para informar e envolver a todos.

Lembre-se de que cada aluno com TDAH é único, portanto, é essencial adaptar as estratégias de suporte de acordo com suas necessidades individuais. O envolvimento de profissionais de saúde mental, como psicólogos ou psicopedagogos, também pode ser benéfico para o desenvolvimento de estratégias personalizadas e o apoio contínuo dos alunos com TDAH.

Diante disso, é de grande importância estudar sobre o TDAH pois ajuda a compreender as características, sintomas e desafios enfrentados por pessoas com o transtorno. Isso permite desenvolver empatia e compaixão, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Identificação e diagnóstico preciso: O estudo do TDAH ajuda na identificação e diagnóstico preciso do transtorno. Profissionais de saúde, pais e educadores podem aprender sobre os sinais de alerta, os critérios de diagnóstico e as ferramentas de avaliação utilizadas, garantindo que os indivíduos com TDAH recebam o suporte e tratamento adequados.

Estratégias de apoio e intervenção: O conhecimento sobre o TDAH permite o desenvolvimento de estratégias de apoio e intervenção eficazes. Educadores e profissionais de saúde podem aprender técnicas de ensino, estratégias comportamentais e de organização que podem ajudar os indivíduos com TDAH a lidar com seus desafios e melhorar seu desempenho acadêmico, social e emocional.

Mitigação do estigma: Estudar sobre o TDAH ajuda a desmistificar e reduzir o estigma associado ao transtorno. A conscientização sobre as causas biológicas e

neuroológicas do TDAH ajuda a eliminar percepções equivocadas de que o transtorno é resultado de preguiça, falta de disciplina ou má educação. Isso contribui para um ambiente mais respeitoso e inclusivo, permitindo que as pessoas com TDAH se sintam compreendidas e apoiadas.

Orientação e suporte adequado: Estudar sobre o TDAH capacita pais, educadores e profissionais de saúde a fornecerem orientação e suporte adequado às pessoas com o transtorno. Isso pode incluir o desenvolvimento de planos educacionais individualizados, adaptações curriculares, intervenções terapêuticas e a busca de recursos e serviços especializados.

Pesquisa e avanço do conhecimento: O estudo contínuo do TDAH contribui para a pesquisa e avanço do conhecimento científico sobre o transtorno. Isso resulta em uma melhor compreensão de suas causas, mecanismos subjacentes e desenvolvimento de tratamentos mais eficazes.

Em resumo, estudar sobre o TDAH é fundamental para promover a inclusão, fornecer suporte adequado e melhorar a qualidade de vida das pessoas com o transtorno. O conhecimento sobre o TDAH ajuda a criar um ambiente mais compreensivo, onde os indivíduos com o transtorno possam desenvolver seu potencial e superar seus desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foi possível perceber, com base nos teóricos citados, que muito ainda há de ser feito para que o processo de inclusão se torne verdadeiramente viável e obtenha resultados positivos. Visto que, principalmente, a formação dos professores ainda deixa muito a desejar. Inclusive, existem falhas grotescas nos cursos de formação de professores, pois, trata-se do assunto, porém, não há aprofundamento para que os futuros profissionais que, porventura, venham atuar na educação inclusiva estejam preparados para lidar com as diversas situações que podem ocorrer no processo, principalmente no que diz respeito à promoção de um ambiente igualitário que atenda às necessidades específicas de seus alunos.

As dificuldades encontradas ao incluir crianças com TDAH em sala de aula. Vai desde a estrutura física da escola a material didático compatível para o aprendizado bem como a importância da formação docente e da preparação do grupo escolar em lidar com diversas situações.

Ao se lançar um olhar sobre o processo de inclusão de alunos com TDAH é possível observar que, como todo processo inclusivo, passa por diversas fases complicadas, envolvendo a incapacidade da escola de se organizar em questão de treinamento de pessoal, a fim de saber lidar com as necessidades e/ou dificuldades da criança para se familiarizar com o novo ambiente escolar. Também há outro entrave ainda mais sério que é a formação precária dos professores, tendo em vista que nos cursos de formação pouco se trabalha questões relacionadas à inclusão, ao reconhecimento de possíveis Necessidades Educativas Especiais (NEE), faz-se necessário a formação continuada para as especificidades no caso desta pesquisa, o TDAH.

Para tanto sabemos que essa formação continuada ainda é precária nem todos têm o acesso, disponibilidade ou interesse. Não havendo reconhecimento e entendimento acerca do assunto por parte da escola, nem da família a criança passa a ser marginalizada e considerada custosa, bagunceira, preguiçosa, dentre outras más interpretações a respeito do comportamento da mesma.

A acessibilidade constitui um fator muito importante para o exercício da cidadania dos portadores de necessidades especiais, contribuindo para sua

interação e inclusão dentro da sociedade. Deste modo, compreende-se que, concretizar, de fato, a inclusão constitui um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Mudar concepções já cristalizadas e arraigadas em nome de outro modelo de educação não é uma tarefa simples e fácil, sobretudo, quando tais mudanças possibilitam o benefício de pessoas que foram historicamente injustiçadas, marginalizadas e excluídas da sociedade, e, em consequência, da escola.

Existe uma série de dispositivos legais que visam garantir direitos, prevendo melhorias, adaptações em diversos ambientes, na tentativa de oferecer condições para que não ocorra a exclusão. Para a consolidação de uma sociedade inclusiva, ainda há muito para se construir, pois, vê-se que foram dados apenas os primeiros passos rumo ao desenvolvimento social.

Entende-se que se faz necessário, ainda hoje, continuar investigando sobre o tema acerca das instituições que se proclamam inclusivas ou em processo, para que haja contribuição com reflexões e análises a respeito da inclusão, a fim de que esta não continue sendo praticada no Brasil apenas como parte da política do ensino especial. A intenção, portanto, ao realizar este estudo, foi oferecer aos responsáveis pela Proposta de Inclusão Escolar, como uma política educacional, dados que sugerem um repensar crítico sobre ela, numa outra perspectiva teórico-paradigmática.

E ao mesmo tempo, para que se repense a proposta pedagógica dos cursos de formação de professores, no sentido de criar e oportunizar situações que capacitem os acadêmicos futuros professores e mesmo os já atuantes na Educação. Assim, se esta pesquisa serviu para suscitar a necessidade e o interesse de se prosseguir pesquisando, certamente seu objetivo terá sido atingido.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Jordan Lapa; ARAÚJO, Thalyta Nogueira de. Entrevista com Maria Teresa Égler Mantoan: educação especial e inclusão escolar. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 13, n. 2, p. 240-247, maio/ago. 2017.

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. Participação e interação social de alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade nas aulas de educação física. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.**, Marília, v. 18, n. 2, p. 131-144, jul./dez. 2017.

BARKLEY, R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hipertatividade (TDAH):** guia completo para pais, professores e profissionais da saúde. Trad. L. S. Roizman. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARKLEY, R. A. (org.). **Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade:** manual para diagnóstico e tratamento. Trad. R. A. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília: Senado Federal. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** 2. ed. Brasília: Corde, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaios Pedagógicos - Construindo Escolas inclusivas.** Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: SEESP/MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. **Diário Oficial da União**, Edição 225, Seção 1, p. 5, 01 dez. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

DARIN, Cristina Silveira. A relevância das intervenções psicopedagógicas no processo de alfabetização e letramento de estudantes com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** São Paulo, v. 8, n. 02, p. 373-389, fev. 2022.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-36, abr. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Cristine Aparecida de Paiva. **A inclusão do aluno com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2011. 74 f. Monografia. (Especialização) – Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, S. V. de. **TDAH na escola: estratégia de ação pedagógica**. 2010. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/tdah-na-escola-estrategias-de-acao-pedagogica-1863499>. Acesso em: maio de 2023.

MAIA, Maria Inete Rocha; CONFORTIN, Helena. TDAH e aprendizagem: um desafio para a educação. **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n.148, p. 73-84, dez. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 137-154.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Integração X inclusão - educação para todos. **Pátio - Revista Pedagógica**, Porto Alegre, RS, v. 5, p. 48-51, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem-vindas à escola**. Educação Especial Abordagem da Práxis Pedagógica, Venda Nova, n. 4, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: o direito de ser, sendo diferente, na escola - por uma escola das diferenças**. Curso de Formação Continuada de Professores o AEE. UFC/SEESP/UAB/MEC, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

REGO, Tereza Cristina. **Vigotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico**. São Paulo: Scipione, 1995.

RODOVALHO, J. X. Ensino especial e educação inclusiva: direito dos portadores de necessidades educativas especiais. **Revista Científica Ciência e Cultura**, n. 2, p. 77-85, 2005.

ROHDLE, L. A. P.; BENCZIK, E. B. P. **Transtorno de atenção/hiperatividade: o que é? Como ajudar?** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Renata Limongi França Coelho. **Efeitos de atraso e tarefa na resolução de problemas matemáticos em crianças com e sem TDAH**. 2009. 70 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2013/1/Renata%20Limongi%20Franca%20Coelho%20Silva.pdf>. Acesso em: maio de 2023.